

Sarney, Quéricia e Newton querem mandato votado já

BRASÍLIA — O presidente José Sarney quer que a Constituinte antecipe a decisão sobre a duração de seu mandato e o sistema de governo, informou o prefeito do Rio, Saturnino Braga, recebido em audiência no Palácio do Planalto. De acordo com o regimento da Constituinte, o mandato de Sarney só entrará em pauta no final da votação, pois faz parte das Disposições Transitórias — o último capítulo do projeto da Constituição.

Em São Paulo, o governador Orestes Quéricia revelou que pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que apresse a votação do mandato de Sarney. Quéricia negou que tenha sido pressionado para manter a posição a favor dos cinco anos, sob ameaça de reabertura do caso Banessa — em cuja corretora houve irregularidades no início de seu governo. "Não há nada disso da parte do presidente Sarney, com quem mantenho excelente relação de amizade e solidariedade", assegurou.

O movimento a favor da antecipação da decisão do mandato cresceu também em Belo Horizonte, onde o governador Newton Cardoso reuniu 25 deputados da bancada do PMDB mineiro e pediu que eles se engajem na luta pela alteração do cronograma de votações da Constituinte. Em Brasília, o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao insistir na necessidade de definir logo o mandato de Sarney, comentou que "essa questão tem empolgado muito os Poderes Executivo e Legislativo, mas não empolgou o povo".

O governador Newton Cardoso reuniu por quase três horas, no Palácio da Liberdade, 25 dos 37 parlamentares da bancada do PMDB de Minas e pediu que eles lutem pela inversão da pauta de votações da Constituinte, para que se antecipe a decisão sobre o mandato do presidente Sarney e o sistema de governo. Newton reafirmou que é a favor de cinco anos para Sarney.

O governador cancelou a entrevista que daria após a reunião. Segundo o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, Newton afirmou aos parlamentares que a inversão da pauta, com a votação, em primeiro lugar, dos temas polêmicos, é essencial para a agilização dos trabalhos da Constituinte. Mas, não exigiu compromisso dos parlamentares em relação ao mandato do presidente Sarney. "Até porque a maioria da bancada é pelos cinco anos e segue sua orientação". Reis acrescentou que na reunião de governadores do dia 28 nesta capital, Newton pretende lançar novo manifesto em defesa dos cinco anos.

Sem convite — Segundo a assessoria de imprensa do Palácio da Liberdade, nove deputados não foram convidados para a reunião: Hélio Costa, Maurício de Pádua, Acácio Neves, Pimenta da Veiga, Célio de Castro, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Luiz Valadares e Octávio Elísio. As outras ausências foram do deputado Raimundo Rezende, que convalesce de uma cirurgia, e dos deputados Roberto Vital e Sílvio Abreu, que estão viajando.

Apesar de não ter sido convidado para a reunião, o deputado Octávio Elísio disse que a tentativa de apressar a votação do mandato do presidente Sarney é um golpe dos favoráveis aos cinco anos. "Para aproveitar a maioria que obtiveram agora e impedir que o agravamento da situação econômica do país facilite a vitória do mandato de quatro anos". Ele é favorável apenas à antecipação da decisão sobre o sistema de governo, que em sua opinião condiciona o resto do texto constitucional.

Os deputados Roberto Brant e Mauro Campos disseram após o encontro no Palácio da Liberdade que continuam a favor da redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos. Brant é contra a inversão da pauta da Constituinte e Mauro, a favor. A alteração do cronograma de votação é aceita pelo deputado Leopoldo Besson, que não tem posição sobre o mandato.



Saturnino concorda com Sarney em antecipar votação

Collor acusa governo

Avião oficial foi usado para obter apoio aos 5 anos

BRASÍLIA — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, acusou o presidente José Sarney de se transformar "num batedor de carteira da história" ao colocar "o dinheiro do contribuinte a serviço de uma operação de coleta de apoios" à emenda do deputado Matheus Lensen (PMDB-PR), que lhe dá cinco anos de mandato.

A frota de aviões oficiais do governo, segundo Fernando Collor, foi utilizada para recolher assinaturas favoráveis ao mandato de cinco anos em pontos distantes do país. "Estão pilhando este país. Não existe mais fronteira neste governo entre o que é moral e o que é imoral", afirmou. Collor denunciou perseguições ao Estado de Alagoas da parte do ministro da Habitação, Prisco Viana, pelo fato de estar defendendo o mandato de quatro anos para Sarney.

Discriminação — "O senhor Prisco Viana está batendo a carteira dos alagoanos. Com que autoridade ele faz isso? Qual a autoridade do senhor Prisco Viana para discriminar a população de Alagoas? Não aceito isso de modo algum. O governo federal vai encontrar toda a resistência do povo alagoano se insistir nestas

atitudes pouco dignas", ameaçou Fernando Collor.

A acusação principal ao ministro Prisco Viana é de ter retirado da pauta da reunião do Conselho Monetário Nacional um pedido de empréstimo para a construção de casas populares e de melhorias no abastecimento de água de Maceió. "Numa residência — comparou Collor — existem os quartos e as salas, mas existem também os esgotos. Assim é neste governo. O senhor Prisco Viana é o esgoto da política. O ministério dele é o banheiro desta casa".

O governador de Alagoas retornou na semana passada de uma viagem a China, Japão, França e Itália e disse que, no exterior, a discussão sobre o mandato do presidente Sarney "é motivo de pilhéria". Ele fez questão de explicar que viajou a convite do governo da China com passagens pagas do próprio bolso para ele e os outros quatro membros de sua comitiva. "Fomos a uma agência de viagem e compramos as passagens, para pagar em dez meses, como todo mundo faz".

Para utilizar o serviço do GTE (Grupo de Transportes Especiais) da FAB, os ministros de Estado e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados não precisam especificar o motivo da viagem. Em razão dessa norma a FAB desconhece qualquer envolvimento de aviões da frota oficial do governo na coleta de assinaturas para a emenda dos cinco anos.

Defesa de cinco anos é aplaudida em Ilhéus

ILHÉUS (BA) — A defesa de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, feita pelo deputado federal Jorge Viana (PMDB-BA) durante a assinatura de documento liberando CZS 1 bilhão, através do ministério dos Transportes, para a ampliação do Porto Internacional do Malhado, em Ilhéus, arrancou aplausos veementes de uma parcela significativa das 250 pessoas presentes ao evento, realizado nas instalações portuárias.

Jorge Viana, um dos signatários do PMDB baiano da emenda Lensen, disse em discurso emocionado, que o governo Sarney foi o que mais realizou pela Região Sul da Bahia, cujo porto onde estamos foi implantado com recursos dos produtores. Também destacou a ação do governo em obras sociais e programas voltados para a alimentação da população de baixa renda.

Ao analisar as dificuldades do país, Viana assinalou que o presidente Sarney não é o único responsável pelo que está acontecendo, "porque cada um de nós tem uma parcela de responsabilidade nesta questão, uma vez que, com o Plano Cruzado, a população foi às ruas e quis ajudar o presidente, mas houve os que sabotaram com o agio e com a queda da produção de produtos industriais".

Lembrou que os militares passaram aos civis o poder depois de deixarem o país num verdadeiro caos e que estes problemas difíceis foram herdados pelo presidente da República. "que realiza um governo que trata de se afirmar e que vai ter os cinco anos de que precisa para governar".

□ Só faltam duas assinaturas para que, à revelia do presidente Ulysses Guimarães, o diretório nacional do PMDB se reúna a 3 de fevereiro para discutir o rompimento com o governo, o programa do seu futuro candidato à presidência da República e o preenchimento das vagas da comissão executiva nacional. O deputado Euclides Scalco (PR) garantiu que hoje cedo serão completadas as 41 assinaturas (um terço mais um dos integrantes do diretório) necessárias para a convocação. Segundo ele, a reunião será "um caminho sem retorno", pois os dois grupos que disputam a hegemonia do partido (históricos e Centro) apresentarão posições e nomes antagonísticos. "Quem vencer, venceu. Quem perder terá de procurar seu próprio caminho", disse Scalco.



□ Diante de uma platéia de 500 empresários, Luis Ignácio Lula da Silva (PT) e Afif Domingos (PL), líderes de partidos de tendências ideológicas diferentes, concordaram num ponto: as eleições presidenciais devem ser realizadas este ano. O debate, que teve como tema a situação nacional, aconteceu no Hotel Transamérica. Nele, Lula criticou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Afif, por sua vez, aproveitou o momento para fazer uma sugestão: nos contracheques dos empregados deveria constar o valor dos impostos pagos ao governo. "Só assim todos ficarão sabendo o quanto o governo recolhe e poderiam cobrar a utilização dessas verbas monumentais, que ninguém sabe a que se destinam", disse Afif.

Fogaça aponta falha que impede adoção de presidencialismo

BRASÍLIA — O senador José Fogaça disse em entrevista no Senado que a Constituinte não poderá aprovar a proposta presidencialista do senador Humberto Lucena, porque não há uma só emenda alterando o que o projeto de Constituição prevê para o funcionamento do Poder Legislativo, de acordo com um regime de gabinete, no qual o Parlamento tem poderes até para introduzir modificações no orçamento da União. "Tecnicamente, a emenda Humberto Lucena é inviável, e eu não vejo saída regimental para ela", declarou Fogaça, incumbido pelo relator Bernardo Cabral de examinar as emendas referentes a esse capítulo da Constituição.

Fogaça anunciou também que Cabral pedirá ao plenário seja acatada proposta do senador Mário Covas, que fixa em quatro anos o mandato de todos os presidentes da República. Se a maioria dos constituintes seguir a sugestão de Cabral, Fogaça entende que será totalmente incoerente aprovar uma disposição transitória estabelecendo em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. Mas, apesar dos planos para tentar convencer o plenário a aprovar o parlamentarismo e um mandato presidencial de quatro anos, Cabral continua com o propósito de apresentar parecer técnico favorável às emendas de Humberto Lucena e Matheus Lensen, que obtiveram maioria de assinaturas.

Caos — A impossibilidade de a Constituinte aprovar um Poder Executivo para presidencialismo e um Legislativo para parlamentarismo foi o ponto alto da entrevista de Fogaça. Nenhum dos relatores entendeu por que Humberto Lucena limitou sua emenda a esse capítulo dos Poderes do Estado, se era do conhecimento de todos que o capítulo referente ao Legislativo é todo dirigido para o sistema de gabinete. E o senador paraibano não estava ontem em Brasília para explicar a omissão. "Aprovar essa emenda de Lucena significa que teremos um presidente da República totalmente imobilizado e impedido de governar, porque no sistema parlamentarista o governo está condicionado a uma maioria partidária no Congresso", explicou Fogaça.

O que mais intriga os relatores Bernardo Cabral, José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira é nem mesmo o Centro ter se preocupado em apresentar emenda alterando as características do Poder Legislativo. E nenhuma outra emenda ao projeto se refere a isso, o que levou Fogaça a comentar: "Logo no início, o capítulo do Legislativo permite que o Congresso impeça o presidente da República de governar, pois tem o poder de sustar os atos do governo. Se essa emenda presidencialista for aprovada será o caos".

A maioria das 1 mil 682 emendas examinadas pelos relatores até o fim da tarde de ontem propunha alterações no capítulo da Previdência Social e revisão de aposentadorias. "Grande parte dessas emendas é marcada pela generosidade na distribuição dos recursos previdenciários, o que pode explodir o sistema", disse Fogaça, contando que Cabral está inclinado a rejeitar as propostas que impliquem gastos imediatos para o Poder Executivo. A criação do Estado de Tapajós, por exemplo, que recebeu mais de 280 assinaturas, é apontada como mais uma despesa para a União, mas o relator entende que toda a população brasileira não pode custear uma unidade federativa que vai atender apenas a um número relativamente pequeno de pessoas.

Emenda de Egídio tem preferência de Cabral

Embora se sinta no dever de oferecer parecer técnico favorável à emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) começou a elaborar um denso estudo com que tentará convencer o plenário da Constituinte de que a proposta parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) é melhor. A emenda de Lucena recebeu 349 assinaturas e a de Egídio, 346, mas o relator entende que essa pequena diferença não quer dizer nada, até porque a coincidência de nomes nas duas listas demonstra que o valor da assinatura é mínimo.

Como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Sistematização, também prepara um pronunciamento em favor do parlamentarismo, no mesmo tom emocionado de quando a Comissão votou o assunto, Bernardo Cabral está convencido de que o regime de gabinete será mais uma vez aprovado. E se o for, ele deseja que a proposta vitoriosa seja a de Egídio Ferreira Lima, que busca compatibilizar as emendas anteriormente apresentadas por Afonso Arinos, Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e José Fogaça (PMDB-RS).

Árbitro — Numa reunião das 8h às 13h de ontem, no apartamento de Fogaça, o grupo de quatro relatores que examina as emendas apresentadas ao projeto de Constituição debruçou-se sobre o tema Sistema de Governo e, com o voto contrário de Adolfo Oliveira (PL-RJ), aplaudiu a emenda de Egídio. Apesar de discordar da maioria, Adolfo explicou que isso não significava empecilho a um parecer informal a favor da emenda, visto que sua posição presidencialista e pró-cinco anos era estritamente doutrinária.

Parlamentaristas, Cabral, Fogaça e Konder Reis (PDS-SC) examinaram detidamente a proposta de Egídio e concluíram que nem o plenário da Constituinte nem o governo terão dificuldades para digeri-la. A proposta começa dizendo que o presidente da República é o chefe de Estado, o árbitro do Governo e o comandante supremo das Forças Armadas, "cumprindo-lhe assegurar a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais". Em sua justificativa, Egídio diz que essa caracterização do chefe de Estado como árbitro das instituições e do governo confere ao presidente da República poderes para, excepcionalmente, até demitir o primeiro-ministro.

O mandato do presidente da República é de cinco anos e não há qualquer disposição transitória referente à duração do mandato do presidente José Sarney. O chefe de Estado tem 24 atribuições, contra apenas 15 do primeiro-ministro, mas fica claro que este detém a maioria dos poderes. Embora exerça o comando supremo das Forças Armadas, nomeando os seus comandantes e preenchendo as vagas do generalato, o presidente da República terá de acatar às indicações do primeiro-ministro.

Destituição — O presidente deverá também ouvir o primeiro-ministro para decretar estado de sítio, nomear os integrantes do Conselho Monetário Nacional e dos diretores do Banco Central, ficando no entanto livre para escolher a diretoria do Banco do Brasil. Egídio incluiu ainda na emenda um artigo segundo o qual "o governo goza da confiança do presidente da República e da Câmara dos Deputados", deixando claro que um gesto de contrariedade do chefe de Estado pode resultar na destituição do primeiro-ministro.

Apesar dessas sutilezas, caberá ao chefe de Governo indicar ao presidente da República os ministros a serem nomeados ou exonerados, assim como conceder, autorizar, permitir ou renovar serviços de radiodifusão e de televisão. Para derrubar o gabinete, a Câmara dos Deputados terá que aprovar uma moção de censura por maioria simples. "Essa emenda do Egídio é muito boa, supera todas as divergências que tive com ele", disse o senador José Fogaça, logo após a reunião dos relatores.